JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.07.23 06:40:04 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 23 de julho de 2024 • Nº 1850 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

RECEITA

Arrecadação bate recorde no 1º semestre

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, informou que a arrecadação no primeiro semestre superou as expectativas. Os números só serão divulgados amanhã, mas o secretário adiantou que a arrecadação federal cresceu 13,6% em valores nominais e 9,08% acima da inflação nos seis primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. Se comparar junho com o mesmo mês do ano anterior, as receitas subiram 15,72% em valores nominais e 11,02% acima da inflação. Segundo Barreirinhas, a elevação da previsão de déficit primário para R$ 28,8 bi decorreu principalmente do impacto da prorrogação da desoneração da folha para 17 setores da economia e para pequenos municípios. A arrecadação vai bem, mas um pouco inferior ao necessário para cobrir as despesas por causa de algumas desonerações e de algumas frustrações. PÁGINA 2

HÁ VAGAS

Concurso do BNDES terá salários de R$ 20,9 mil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, ontem, edital do concurso público para preenchimento de 150 vagas de nível superior e 750 para formação de cadastro de reserva. O edital foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) e está disponível no site da instituição. O salário inicial é de R$ 20,9 mil, mais benefícios. As inscrições poderão ser feitas a partir de sexta-feira, às 10h, até as 23h59 de 19 de agosto, no site da banca organizadora do concurso, a Fundação Cesgranrio. A taxa de inscrição é de R$ 110. Estão isentos da taxa inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal e doadores de medula óssea. PÁGINA 2

ELEIÇÕES NOS EUA

Com apoio de de delegados, Kamala deve ser candidata

Pesquisa da Associated Press descobriu que a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris Harris, tem o apoio de mais da metade dos delegados de que precisará para ocupar o lugar do presidente americano, Joe Biden, no topo da chapa democrata. Mais de 1.000 delegados disseram à AP ou anunciaram que planejam apoiar Harris durante a Convenção Democrata como candidata à presidência, após Biden desistir da reeleição. As regras do Comitê Nacional Democrata estabeleceram recentemente 1.976 delegados comprometidos como referência para ganhar a indicação. Os delegados comprometidos são aqueles que são obrigados a votar de acordo com a preferência do eleitorado de seus Estados. PÁGINA 6

2024

Governo eleva para R$ 28,8 bi projeção de déficit primário

JOÉDSON ALVES/ABRASIL

Com despesas crescentes e dificuldades para compensar a desoneração da folha de pagamento, o governo elevou para R$ 28,8 bilhões a projeção de déficit primário em 2024. O novo valor consta do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. O montante equivale ao limite inferior da margem de tolerância de déficit primário estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, de R$ 28,8 bilhões. Aprovada no ano passado, a regra estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) para cima ou para baixo. Na prática, o governo poderá obter déficit primário de 0,25% do PIB até superávit de 0,25% do PIB neste ano.

Contas podem fechar 2024 com déficit em torno de R$ 8 bilhões

Apesar de o governo ter elevado para R$ 28,8 bilhões a previsão de déficit primário para 2024, as contas federais poderão encerrar o ano com resultado negativo em torno de R$ 8 bilhões, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron (**foto**). A diferença, informou o secretário, deve-se a um processo chamado de "empoçamento", em que os ministérios não conseguem gastar recursos liberados pela equipe econômica. "Não é um aspecto formal, mas gerencial que deve ser levado em conta. PÁGINA 3

DIPLOMACIA

RICARDO STUCKERT

Lula: relações com EUA independem do vencedor das eleições

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) afirmou, ontem, que a decisão do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de desistir da candidatura à reeleição foi pessoal porque somente ele sabia das suas reais condições, mas garantiu que as relações entre Brasil e Estados Unidos continuarão a ser "civilizadas", independentemente do vencedor da disputa presidencial. "À medida que o presidente Biden resolveu tomar posição, o meu papel é torcer para que eles (democratas) escolham um candidato ou uma candidata que dispute as eleições, e que vença aquele que for o melhor, aquele (em) que o povo americano for votar", disse Lula em entrevista a agências internacionais de notícias no Palácio da Alvorada. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,19% / 127.859,63 / 243,17 / Volume: R$ 17.092.112.686 / Negócios: 3.162.409

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
JOAO FORTES ON	0,32	+77,78	+0,14
HAPVIDA ON NM	3,92	+0,77	+0,03
AMERICANAS ON NM	0,77	+10,00	+0,07
PETROBRAS PN N2	37,92	–1,99	–0,77
AMBEV S/A ON ATZ	11,81	+0,68	+0,08

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
JOAO FORTES ON	0,32	+77,78	+0,14
CLEARSALE ON NM	8,170	+11,31	+0,830
AMBIPAR ON NM	30,00	+10,62	+2,88
AMERICANAS ON NM	0,77	+10,00	+0,07
LUPATECH ON NM	1,89	+9,88	+0,17

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CEEE-D ON	13,05	–14,20	–2,16
CEMEPE PN	5,50	–10,86	–0,67
COSERN ON	20,67	–10,13	–2,33
EMBRAER ON NM	38,60	–7,03	–2,92
PAR AL BAHIAON	43,50	–6,45	–3,00

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	40.421,36	+0,33
NASDAQ Composite	18.007,567	+1,58
CAC 40	7.622,02	+1,16
FTSE 100	8.198,78	+0,53
DAX	18.407,07	+1,33
Ftse Mib	34.615,05	+1,17

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,81% (jun.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,21% (jun.)	Compra: 6,1248	Venda: 6,3046
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(24/06)	10,50%	(24/06)	10,40%	Compra: 5,5598	+0,10%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(23/07)	0,0652%	BM&F/grama/RJ	R$ 429,79	Compra: 5,5689	Venda: 5,5695
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(23/07)	0,5655%	Compra: 6,0631	Venda: 6,0638	Compra: 5,5976	Venda: 5,7776

Economia

MERCADOS

Bovespa inicia semana em leve alta de 0,19%, aos 127,8 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou a semana em leve alta, vindo de perdas nas duas sessões anteriores que o tinham retirado de 129 mil para 127 mil pontos. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 127.455,86, na mínima do dia, até os 128.150,97 pontos, na máxima, e encerrou em alta de 0,19%, aos 127.859,63 pontos, com giro a R$ 17,1 bilhões na sessão. No mês, o Ibovespa acumula ganho de 3,19%, ainda com perda a 4,71% no ano.

Entre as blue chips da B3, o encerramento foi negativo para Petrobras (ON -1,53%, PN -1,99%) e Vale (ON -0,11%) e misto para os grandes bancos, com Santander (Unit -0,28%) e Itaú (PN - 0,06%) em leve baixa no fechamento - destaque pata alta de 1,12% em Bradesco PN e de 0,7%, na ON. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Carrefour (+4,39%), Lwsa (também +4,39%) e Multiplan (+3,98%). No lado oposto, Embraer (-7,03%), Pão de Açúcar (-3,44%) e Magazine Luiza(-1,91%), além de Petrobras PN.

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em baixa no mercado doméstico, na casa de R$ 5,57, em uma devolução modesta dos ganhos de mais de 3% vistos na semana passada, quando superou o nível de R$ 5,60.

Afora uma alta pontual na abertura, quanto registrou máxima a R$ 5,61, o dólar à vista operou em baixa ao longo do dia. As mínimas vieram no início da tarde, quando a divisa desceu até R$ 5,5361

No fim do dia, a moeda era negociada a R$ 5,5701, em queda de 0,6%. No mês, a divisa acumula leve desvalorização, de 0,33%. No ano, a moeda acumula alta de 14,77%.

RECEITA

Arrecadação bate recorde e cresce 9,08% no 1º semestre

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, informou que a arrecadação no primeiro semestre superou as expectativas. Os números só serão divulgados amanhã, mas o secretário adiantou que a arrecadação federal cresceu 13,6% em valores nominais e 9,08% acima da inflação nos seis primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. Se comparar junho com o mesmo mês do ano anterior, as receitas subiram 15,72% em valores nominais e 11,02% acima da inflação.

Segundo Barreirinhas, a elevação da previsão de déficit primário para R$ 28,8 bilhões decorreu principalmente do impacto da prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios.

"A arrecadação vai bem, mas um pouco inferior ao necessário para cobrir as despesas por causa de algumas desonerações e de algumas frustrações. Neste (relatório) bimestral, pesa bastante a desoneração dos municípios, que ainda não estava no documento", explicou Barreirinhas em entrevista para explicar o congelamento de R$ 15 bilhões de recursos do Orçamento de 2024.

Apesar de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter dito recentemente que o governo estimava em R$ 18 bilhões o impacto total da desoneração em 2024, Barreirinhas continua a estimar em torno de R$ 25 bilhões o impacto da prorrogação da desoneração da folha sobre os cofres federais. Desse total, de R$ 19 bilhões a R$ 20 bilhões vêm do benefício às empresas e R$ 10,4 bilhões vêm da ajuda aos municípios.

Segundo Barreirinhas, a estimativa foi mantida com base nos dados da recém-criada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirb), cujo prazo de envio terminou no sábado passado e cuja entrega se repetirá a cada dois meses. O secretário informou que 355 mil empresas declararam benefícios fiscais ao Fisco e que os valores estão em linha com as estimativas originais da Receita.

PROJEÇÃO DE RECEITAS

Para cumprir a meta de déficit primário zero estipulada pelo novo arcabouço fiscal, o governo precisa de R$ 168 bilhões em receitas extras. Até a edição anterior do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, em maio, a Receita Federal divulgava a estimativa anual. O novo relatório, no entanto, não incluiu as estimativas anuais e só apresentou a projeção de arrecadar R$ 87,138 bilhões extras no segundo semestre.

Barreirinhas justificou a medida com base nas receitas já realizadas e em um atraso médio de dois meses na entrada de recursos com o restabelecimento do voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão da Receita que julga processos administrativos de dívidas tributárias. O relatório reduziu de R$ 55,647 bilhões para R$ 37,111 bilhões a estimativa de arrecadação em 2024, com a diferença sendo transferida para os dois primeiros meses de 2025.

IMPORTADOS

Apesar da sanção da lei que taxou em 20% as compras de produtos importados pela internet de até US$ 50, Barreirinhas informou que o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, não traz estimativas de arrecadação. Segundo ele, o Fisco está esperando as primeiras receitas com a taxação entrarem no caixa federal para projetar dados, para a inclusão de um valor no relatório de setembro.

"A partir de agosto, vamos ter os dados de arrecadação. Aí podemos fazer uma estimativa", declarou o secretário.

Após a sanção da lei do Programa Mover, que incluiu um "jabuti" com a taxação de 20% em Imposto de Importação, o governo editou uma medida provisória (MP) adiando o início da cobrança para agosto, enquanto a Receita Federal monta um sistema eletrônico de arrecadação. A MP também manteve zerada a alíquota para a importação de medicamentos pela internet.

BALANÇA

Superávit na terceira semana de julho é de US$ 1,554 bilhão

EDUARDO RODRIGUES/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US$ 1,554 bilhão na terceira semana de julho. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US$ 6,853 bilhões e importações de US$ 5,298 bilhões. No mês, o superávit acumulado é de US$ 5,326 bilhões e, no ano, de US$ 47,636 bilhões.

Até a terceira semana de julho, a média diária das exportações registrou alta de 2% em relação à média diária do mesmo mês de 2023. O maior crescimento nos embarques ocorreu na Indústria Extrativa (6,2%), seguida pela Indústria de Transformação (0,8%) e pela Agropecuária (0,7%).

Já as importações tiveram crescimento de 6,4% na mesma comparação, com aumentos de 18% na Agropecuária, 6,7% na Indústria de Transformação e avanço de 0,8% na Indústria Extrativa.

AUTORREGULARIZAÇÃO

Secretário diz que governo arrecadou R$ 5 bi com receitas extras

FERNANDA TRISOTTO, AMANDA PUPO E GIORDANNA NEVES/AE

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse ontem, que o governo conseguiu cerca de R$ 5 bilhões com os processos de autorregularização incentivada e de autorregularização prevista com a nova lei sobre a subvenção do ICMS. "Foi uma receita extra que não estava prevista neste orçamento, tivemos uma adesão muito forte", disse Barreirinhas.

Segundo o secretário, das medidas aprovadas para incrementar a arrecadação em 2024, houve uma boa entrada de receitas com as novas regras para tributação de fundos fechados e offshore - no caso do primeiro, R$ 12,7 bilhões já efetivados, e R$ 7,4 bilhões dos instrumentos offshore.

"Fundos fechados e offshore tiveram performance muito boa para receita. São dados importantes, não houve aquela fuga de recursos que disseram que teria", disse.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

HÁ VAGAS

BNDES abre concurso com 150 vagas e salário de R$ 20,9 mil

DANIELLA ALMEIDA E CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, ontem, edital do concurso público para preenchimento de 150 vagas de nível superior e 750 para formação de cadastro de reserva. O edital foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) e está disponível no site da instituição.

O salário inicial é de R$ 20,9 mil, mais benefícios. As inscrições poderão ser feitas a partir de sexta-feira, às 10h, até as 23h59 de 19 de agosto, no site da banca organizadora do concurso, a Fundação Cesgranrio. A taxa de inscrição é de R$ 110. Estão isentos da taxa inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal e doadores de medula óssea.

O último concurso da instituição ocorreu há 12 anos.

CARGOS

As vagas para o cargo de analista serão nas seguintes áreas: administração, análise de sistemas/cibersegurança, análise de sistemas/desenvolvimento, análise de sistemas/suporte, arquitetura/urbanismo, arquivologia digital, ciências contábeis, comunicação social, direito, economia, engenharia e psicologia organizacional. O candidato precisa ter formação específica.

Para a área de ciência de dados, o candidato pode ter curso superior em qualquer área.

Para os profissionais das áreas de administração, ciências contábeis, direito, economia, engenharia e psicologia organizacional, também é exigido o registro no respectivo conselho ou ordem profissional.

As vagas oferecidas são destinadas à sede do BNDES, localizada no Rio de Janeiro. Entretanto, de acordo com as necessidades de serviço e o interesse da administração do banco, os aprovados poderão ser lotados nas unidades do banco em Brasília, São Paulo ou Recife.

Os aprovados deverão ter disponibilidade para viajar a serviço pelo país ou ao exterior.

VAGAS

O banco reservou 30% das vagas para pessoas negras e 15% para pessoas com deficiência (PcD). O BNDES afirma que o percentual mínimo foi aumentado de 5% para 15% (10% a mais do que o mínimo legal), após tratativas e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal.

"A reserva de vagas para pessoas negras que busca corrigir essa distorção está em linha com os objetivos institucionais do BNDES de promover o desenvolvimento diverso e inclusivo", diz a nota do BNDES.

Na seleção de 2012, ainda não estava em vigor a lei que determina as cotas raciais nos concursos, já que a legislação data de 2014. De acordo com o banco, no atual quadro de pessoal, cerca de 14,6% dos funcionários se declaram negros, sendo 12,9% pardos e 1,7%, pretos.

Após a homologação dos resultados finais, os candidatos que se autodeclararam negros na inscrição e forem aprovados "serão convocados(as) em edital específico para aferição presencial da veracidade da autodeclaração prestada, em data, local e horário estabelecidos pela Fundação Cesgranrio, ao procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração das pessoas negras", informa o edital.

Já os inscritos nas vagas para pessoas com deficiência (PcD) deverão enviar atestado, laudo ou relatório, conforme detalhado no edital de seleção pública.

PROVAS

Pela primeira vez, as provas serão aplicadas nas 27 capitais. O processo seletivo está marcado para o dia 13 de outubro (domingo).

O candidato deverá escolher a cidade onde deseja fazer a prova e o cargo e a área que irá concorrer no ato de inscrição.

De acordo com o BNDES, a prova objetiva será aplicada no turno da manhã, com duração de quatro horas. A prova discursiva será no período da tarde, também com quatro horas de duração.

REMUNERAÇÃO

O salário inicial previsto no novo plano de cargos e salários do banco é de R$ 20,9 mil. A jornada de trabalho é de 35 horas semanais.

Além dos direitos previstos em lei, os aprovados terão os seguintes benefícios: possibilidade de ascensão de carreira de acordo com o plano de cargos e salários vigente à época da admissão e conforme desempenho do(a) empregado(a); assistência à saúde; assistência educacional (auxílio-babá, creche e ensinos fundamental e médio); e plano de previdência complementar, bem como vantagens estabelecidas por normas complementares específicas que estejam vigentes à época da contratação.

Em abertura do encontro States of the Future, na sede do banco, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou a importância do concurso e que os novos profissionais serão exigidos, "porque nós somos profissionalmente a instituição que mais transfere recursos para o Tesouro Nacional".

SALÁRIOS

87,8% dos reajustes foram acima da inflação

LETÍCIA NAOME/AE

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) informou que 87,8% das negociações de reajustes salariais referentes à data-base em junho ficaram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Já em 8,8% dos casos, não houve perdas inflacionárias, enquanto 3,3% ficaram abaixo do INPC.

De acordo com a Dieese, a data-base de junho é a sétima seguida em que mais de 80% das categorias apresentaram ganhos salariais acima da inflação. "Esse quadro de relativa estabilidade em níveis elevados contrasta com o observado no segundo semestre de 2023, de piora crescente nos resultados das negociações entre agosto e novembro", avalia.

A entidade aponta que a variação média dos reajustes de junho foi de 1,67%. O valor é superior ao registrado nos demais meses do ano, com exceção de maio e janeiro, em que as variações foram de 1,74% e 1,71%, respectivamente.

PRÉVIA

O boletim da entidade destaca que, com a inclusão dos reajustes salariais de junho, é possível ter uma prévia do cenário do primeiro semestre deste ano. Durante o período, foi verificado que em cerca de 86% das 6.728 negociações o aumento do reajuste salarial foi acima do INPC, ao passo que 11% se equipararam à inflação e 3% ficaram abaixo do indicador de preços.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

2024

Governo eleva para R$ 28,8 bi projeção de déficit primário

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Com despesas crescentes e dificuldades para compensar a desoneração da folha de pagamento, o governo elevou para R$ 28,8 bilhões a projeção de déficit primário em 2024. O novo valor consta do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

O montante equivale ao limite inferior da margem de tolerância de déficit primário estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, de R$ 28,8 bilhões. Aprovada no ano passado, a regra estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) para cima ou para baixo. Na prática, o governo poderá obter déficit primário de 0,25% do PIB até superávit de 0,25% do PIB neste ano.

Originalmente, o relatório estimava déficit primário de R$ 32,6 bilhões, mas, para fazer o valor ficar dentro da banda, o governo contingenciou (congelou temporariamente) R$ 3,8 bilhões do Orçamento. A quantia está dentro do congelamento de gastos de R$ 15 bilhões anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O restante do valor suspenso corresponde ao bloqueio de R$ 11,2 bilhões para não estourar o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal, que estabelece que os gastos podem crescer, em valores acima da inflação, até 70% do crescimento acima da inflação da receita no ano anterior.

PERSPECTIVAS

O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. O relatório anterior, divulgado em maio, previa déficit de R$ 14,5 bilhões. Em março, o déficit estava previsto em R$ 9,3 bilhões. Na semana passada, o ministro Haddad disse que o déficit primário pode cair no próximo relatório, caso a União arrecade mais.

O governo conta com dois fatores para diminuir o déficit. O primeiro é a aprovação pelo Senado de medidas que compensem a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para os pequenos municípios ou a suspensão da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que mantém o benefício fiscal. O segundo fator é o "empoçamento", gastos que o governo não consegue executar por estarem vinculados a uma finalidade ou a uma fonte de receita.

ARRECADAÇÃO

O relatório prevê queda de R$ 13,2 bilhões nas receitas líquidas, receitas da União após as transferências para os estados e municípios. Os principais fatores que influenciaram a retração na estimativa são a queda de R$ 11,7 bilhões na rubrica "outras receitas administradas", por causa da reclassificação de parcelamentos nos tributos adequados.

Também houve redução de R$ 10,6 bilhões na previsão de arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), por causa do aumento de compensações tributárias, e o aumento de R$ 6,9 bilhões nos repasses aos estados e aos municípios. A prorrogação da desoneração da folha de pagamento para os municípios reduziu a estimativa de arrecadação em R$ 5,2 bilhões.

Em contrapartida, o relatório elevou em R$ 12,5 bilhões a estimativa de arrecadação de Imposto de Renda, por causa da taxação dos fundos exclusivos e das offshores (empresas de investimento no exterior) e por causa do aumento da massa salarial resultante do crescimento do emprego formal. Também foi elevada em R$ 3,9 bilhões a estimativa de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Industrial (IPI), por causa da alta do IPI sobre os produtos importados decorrente da valorização do dólar e de compensações abaixo do esperado. A revisão de outras estimativas fez a projeção total das receitas líquidas cair R$ 13,2 bilhões.

RIO GRANDE DO SUL

Em relação aos gastos, o relatório prevê aumento de R$ 20,7 bilhões, puxadas principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em R$ 29 bilhões, dos quais R$ 14,2 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do estado.

Como o relatório anterior, publicado em maio, já incorporava R$ 13,8 bilhões, o total de créditos extraordinários concedidos até agora para a reconstrução do Rio Grande do Sul chega a R$ 29 bilhões.

Por serem consideradas créditos extraordinários, as despesas com o Rio Grande do Sul não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. Os gastos discricionários foram revisados para baixo em R$ 8,3 bilhões, resultando no crescimento final de R$ 20,7 bilhões nas despesas federais.

Contas podem fechar 2024 com rombo em torno de R$ 8 bilhões, diz secretário

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar de o governo ter elevado para R$ 28,8 bilhões a previsão de déficit primário para 2024, as contas federais poderão encerrar o ano com resultado negativo em torno de R$ 8 bilhões, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

A diferença, informou o secretário, deve-se a um processo chamado de "empoçamento", em que os ministérios não conseguem gastar recursos liberados pela equipe econômica. "Não é um aspecto formal, mas gerencial que deve ser levado em conta. No ano passado, foi pouco acima de R$ 20 bilhões. Não é algo que se controla formalmente, mas acontece naturalmente", disse Ceron em entrevista coletiva para explicar o congelamento de R$ 15 bilhões de gastos.

Ceron baseou-se na média dos últimos anos para estimar o montante de empoçamento. No ano passado, o volume de gastos empoçados ficou em R$ 19,8 bilhões. Os motivos principais para o "empoçamento de gastos são três: problemas em emendas parlamentares impositivas, dificuldades de gestão e de realização de licitações e subvinculações que dificultam o remanejamento de verbas entre ministérios ou até dentro da mesma pasta.

Enviado nesta segunda ao Congresso Nacional, o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas aumentou, de R$ 14,5 bilhões para R$ 28,8 bilhões a previsão de déficit primário para 2024. O valor representa o limite inferior da margem de tolerância estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, que estipula déficit zero para este ano, com margem de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) para mais ou para menos.

A equipe econômica informou que os próximos relatórios reduzirão a previsão de déficit primário, resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. No entanto, o empoçamento não tem a ver com isso. A previsão de déficit será reduzida principalmente por causa da aprovação pelo Congresso Nacional de medidas para compensar a desoneração da folha de pagamento ou do fim do prazo da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite a prorrogação do benefício.

Impostômetro

Arrecadação com tributos em todo o País bate R$ 2 tri desde início do ano

GABRIELA JUCÁ/AE

Os contribuintes brasileiros já contribuíram com R$ 2 trilhões em tributos aos governos federal, estadual e municipal desde o início deste ano, de acordo com o Impostômetro, painel instalado na sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no centro histórico da capital paulista. A marca de R$ 2 trilhões foi atingida na manhã de domingo passado. Entram na contabilidade impostos, taxas e contribuições, incluindo multas, juros e correção monetária.

Segundo a ACSP, em igual período do ano passado, o Impostômetro havia alcançado o nível de R$ 1,7 trilhão, o que indica um crescimento de 17,6% nesta métrica. Para o economista da ACSP Ulisses Ruiz de Gamboa, esse avanço foi registrado 40 dias mais cedo neste ano, sob influência do aumento da atividade econômica, renda e emprego, além do impacto da inflação e da reintegração do PIS/Cofins nos combustíveis.

"Nós temos um sistema tributário que taxa excessivamente o consumo, assim, na medida em que os preços dos bens e serviços aumentam, a arrecadação também cresce. Além disso, a elevação da atividade econômica tem um impacto positivo na arrecadação. Se esses dois fatores continuarem ocorrendo, que é o mais provável, a gente vai continuar tendo antecipação desse resultado de R$ 2 trilhões", diz, em nota.

De acordo com dados da ACSP, o Impostômetro atingiu, pela primeira vez, a marca de R$ 2 trilhões em impostos somente em 9 de dezembro de 2015. Em julho daquele ano, a ferramenta registrava R$ 1,1 trilhão em tributos pagos pelos brasileiros, o que representa um crescimento acumulado de 82%, na comparação com igual período de nove anos atrás. Para Ruiz de Gamboa, esse aumento está atrelado ao crescimento da atividade econômica e ao aumento dos preços.

"Nossa carga tributária é comparável à da Grã-Bretanha, embora nossa renda por habitante seja significativamente inferior. Portanto, pagamos uma carga tributária desproporcional ao nosso nível de desenvolvimento econômico, o que acaba por sufocar o potencial de expansão da economia", avalia.

Nota

GOVERNO PREVÊ LEILOAR 40 PROJETOS ATÉ O FIM DO ANO E GERAR R$ 80 BI EM INVESTIMENTOS

O assessor especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil, Alexandre Carneiro, disse ontem que o governo projeta leiloar mais de 40 projetos ainda em 2024 e, com isso, gerar R$ 80 bilhões em investimentos contratados. Carneiro citou como setores prioritários para esses leilões infraestruturas "mais tradicionais", que exigem capex (despesas para aquisição de bens como máquinas, por exemplo) intensivo e estão consolidados, casos de energia e transporte. Ele citou o leilão de linhas de transmissão de energia já realizado neste ano, com R$ 18 bilhões em investimentos contratados e citou o próximo certame do tipo, marcado para setembro. No caso dos transportes, ele deu como exemplo o leilão da BR-040, com R$ 5 bilhões em investimento contratado e outros dois leilões do tipo a serem realizados na B3 ainda neste ano, em agosto e setembro. Ele citou, ainda, os arrendamentos portuários e concessões parciais de portos. Carneiro citou, ainda, uma segunda linha de projetos do PPI, cuja titularidade é de governos e municípios, ainda que sejam formatados com a ajuda do governo federal, por instrumentos como Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Newcastle

Agricultura institui Centro de Operações de emergência no RS

ISADORA DUARTE/AE

O Ministério da Agricultura instituiu o Centro de Operações de Emergência Zoossanitária (COEZOO) para o enfrentamento da emergência zoosanitária decretada no Rio Grande do Sul. A instalação do comitê consta em portaria da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* ontem. Na portaria, o ministério atribui a criação do comitê à necessidade de aplicação imediata de "medidas específicas para contenção e eliminação do agente causador da doença de Newcastle (DNC)".

O objetivo da pasta é prevenir a disseminação da doença para outras áreas do País e eliminar o vírus no Estado. O Ministério da Agricultura confirmou na quarta-feira passada, a detecção do foco de DNC em um estabelecimento industrial de 14 mil animais em Anta Gorda, no Rio Grande do Sul. A doença de Newcastle é uma doença viral que afeta aves domésticas e silvestres e causa sinais respiratórios seguidos por manifestações nervosas. Segundo o Ministério, o estabelecimento avícola foi "imediatamente interditado". Os últimos casos no País haviam sido registrados em 2006 em aves de subsistência em Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

O Cooezoo terá integrantes do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul. O comitê será responsável por implantar e coordenar a execução do Plano de Contingência de Emergência Zoossanitária no Estado. O Cooezoo deverá ainda atuar em articulação com as autoridades sanitárias do Estado, coordenar a execução das ações em campo e definir os os limites geográficos da área de emergência zoossanitária.

O Rio Grande do Sul encontra-se em emergência zoosanitária por 90 dias, declarada pelo Ministério da Agricultura na última sexta-feira. A emergência zoosanitária é o nível mais elevado de alerta em relação a questões sanitárias.

Pix

BC faz ajustes para aperfeiçoar segurança

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O Banco Central (BC) divulgou, ontem, em Brasília, ajustes para aperfeiçoar os mecanismos de segurança do Pix. As mudanças visando combater fraudes e golpes entrarão em vigor em 1º de novembro. A resolução BCB n° 403 foi publicada no site da instituição. Pela nova regra geral de segurança, nos casos em que o dispositivo de acesso eletrônico ao Pix - como smartphone ou computador - não estiver cadastrado no banco, as transações não poderão ser maiores que R$ 200. Quando houver a mudança para um celular desconhecido, o limite diário de transações instantâneas via Pix não poderá ultrapassar R$ 1.000.

Para transações fora destes limites, o novo dispositivo de acesso ao Pix (celular ou computador) deverá ser previamente cadastrado pelo cliente bancário para realizar as transferências de dinheiro via Pix, como nos casos em que o usuário mudar de aparelho.

Em nota, o Banco Central explicou que essa exigência de cadastro se aplica apenas a aparelhos que nunca tenham sido usados para iniciar uma transação Pix, para não causar inconvenientes aos clientes que já usam um dispositivo eletrônico específico. O objetivo é minimizar a probabilidade de fraudadores usarem dispositivos diferentes daqueles já utilizados pelo cliente para gerenciar chaves e iniciar as transações deste modelo de pagamento instantâneo, quando houver o roubo ou conhecimento de login e senha do cliente.

PAGAMENTO SEGURO

O Banco Central ainda determinou medidas que as instituições financeiras devem - a partir de novembro – aplicar para garantir segurança nas transferências eletrônicas de recursos nas contas bancárias:

- adotar solução de gerenciamento de risco de fraude que contemple informações de segurança armazenadas no Banco Central e que seja capaz de identificar transações Pix atípicas ou não compatíveis com o perfil do cliente;
- disponibilizar - em canal eletrônico de acesso amplo aos clientes - informações sobre os cuidados que os clientes devem ter para evitar fraudes;
- pelo menos uma vez a cada seis meses, os bancos devem verificar se seus clientes possuem marcações de fraude na base de dados do Banco Central.

"Espera-se que os participantes tratem de forma diferenciada esses clientes, seja por meio do encerramento do relacionamento ou do uso do limite diferenciado de tempo para autorizar transações iniciadas por eles e do bloqueio cautelar para as transações recebidas", acrescentou o BC em nota.

MVMA Engenharia e Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 34.354.859/0001-10 – NIRE 33.210.799.22-3
Edital de Convocação
Ricardo Ferraz da Silva Vianna, administrador da MVMA Engenharia e Participações Ltda., convoca os sócios a se reunirem em reunião de sócios, em 2ª convocação, às 10h do dia 29.07.24, de forma virtual, pelo link https://abrir.link/LlyMZ, para deliberarem sobre a inclusão, no Contrato Social, de cláusula que permita a exclusão extrajudicial de sócio, conforme art. 1.085, *caput*, do Código Civil. Os sócios poderão ser representados por procuradores com poderes específicos. RJ, 24.07.24. (23, 24 e 25/07/2024)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.061/2024

O Pregoeiro Paula da Silva Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.061/2024 no dia 02/08/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Curativos para Terapia a Vácuo (**CONECTOR TIPO "Y" – CONECTOR EM "Y" EM MATERIAL PVC CRISTAL, PARA CONEXÃO E USO COM ESPONJAS HIDROFÓBICAS, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CURATIVO ESPECIAL COM SISTEMA DE ASPIRAÇÃO (VÁCUO) TIPO "PREVENA", COM ESPUMA DE POLIURETANO, NÃO ADERENTE, COM PRATA, BORDA EM HIDROCOLÓIDE, MEDIDAS APROXIMADAS 10X90X02CM, ESTÉRIL, HIDROFÓBICA, COM FITAS ADESIVAS, FILME TRANSPARENTE PARA VEDAÇÃO E CONECTOR. COMPATÍVEL COM MÁQUINA DE PRESSÃO NEGATIVA DE ATÉ 125MMHG, RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 800 A 1000ML, PARA COLETA DE DRENAGEM A VÁCUO COM GEL GRANULADOR, COM FILTRO E CONEXÃO DE ENGATE RÁPIDO, SEM MEMBRANA, REGISTRO NA ANVISA** e etc.) Processo nº. 33409.002528/2023-84. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

INVERNO: Sol com névoa fraca ao amanhecer e à noite. Manhã Tarde Noite 25º 12º 5% 06:47 17:41

Nota

SEM MARTA, BOULOS ALMOÇA COM MINISTRO DE LULA NA CEAGESP EM 1ª AGENDA PÓS-CONVENÇÃO

Em sua primeira agenda após oficializar a candidatura à Prefeitura de São Paulo, o deputado Guilherme Boulos (PSOL) almoçou ontem, com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), localizada na zona oeste da capital. A presença frequente de Boulos em eventos com ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) faz parte de uma estratégia para fortalecer sua imagem antes das eleições municipais de outubro. No sábado passado, oito ministros de Estado participaram da convenção partidária que formalizou a candidatura do psolista. O presidente Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, também marcaram presença no evento. Durante a convenção, a ex-prefeita e ex-ministra Marta Suplicy (PT) teve sua candidatura a vice-prefeita na chapa de Boulos oficializada. No entanto, Marta não compareceu ao evento desta segunda-feira com Boulos. Sua ausência em eventos da pré-campanha tem sido notada, mas membros da campanha afirmam que ela se envolverá no momento oportuno.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 89ª (OCTOGÉSIMA NONA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª e 2ª Séries da 89ª (octogésima nona) Emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula Décima Quarta e seguintes do Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Duas Séries, Da 89ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), formalizado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário") e a Emissora, a se reunirem em 12 de agosto de 2024, às 11:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a alteração do cronograma de pagamento das CPR-F e CPR-F 02 (conforme definido no Termo de Securitização), que passarão a viger nos termos do Anexo A abaixo. (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial de Titulares dos CRA serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.12 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma *Microsoft Teams*. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: quando pessoa física, documento de identidade; quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e quando for representado por procurador, procuração emitida há menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora, conforme informados acima. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.
São Paulo, 23 de julho de 2024.
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª e 2ª Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitização ("Securitizadora"), nos termos da Cláusula Décima Quarta e seguintes do Termo De Securitização da 1ª e 2ª Séries da 103ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora, Lastreados em Notas Comercia Escriturais Devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda. ("Termo de Securitização"), formalizado entre a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário") e a Emissor, a se reunirem em 12 de agosto de 2024, às 14:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, a ser enviado link para conexão gerado pela Securitizadora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinarem, discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Concessão de um *waiver* para dispensar temporariamente a obrigação de envio do relatório de *rating* trimestralmente, elaborado pela Agência de Classificação de Risco, nos termos da Cláusula 9.1, alínea "a" do Termo de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização). (ii) Caso o item (i) acima da Ordem do Dia seja aprovado, aprovar o prazo para o envio do primeiro relatório de *rating*, pela Emissora, estabelecendo-o para janeiro de 2025. (iii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial de Titulares dos CRA serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Securitizadora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.3.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma *Microsoft Teams*. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: quando pessoa física, documento de identidade; quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e quando for representado por procurador, procuração emitida há menos de 1 (um) ano, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora, conforme informados acima. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.
São Paulo, 23 de julho de 2024. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 08 de agosto de 2024, às 10:00 (dez) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de renúncia prévia conforme previsto na Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização, referente à eventual configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xvii) do Termo de Securitização, em decorrência da propositura de: **(i)** ação de usucapião, processada sob autos n. 5029659-21.2023.8.24.0033, ingressada por Roseli Aparecida dos Santos Alves e Abel Ferreira Alves, que alegam que exercem a posse mansa e pacífica de um imóvel urbano de 411,45m2, situado na rua Margarida Bernardina Nicolau, n. 226, bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, cujo imóvel confronta ao sul com terras de Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A - matrícula n. 12.076 e; **(ii)** ação de usucapião, processada sob autos nº 0002302-11.2010.8.24.0033 - ingressada por Osmar Francisco da Rocha (falecido) - substituído por Sueli Teresinha da Rocha -, na qual alega que exerce a posse mansa e pacífica de um terreno, com benfeitorias, 4 (quatro) edificações, sendo uma de alvenaria com 240,00m2 e 3 (três) de madeira com 318,10m2 de área total construída, localizado na rua Bruno França, s/n, no bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, com área total de 256.503,00m2, confrontando na estrema sul medindo 1.200,00m com terras de Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A - matrícula n. 12.076. Ambas ações tem por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob n. 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339.048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "*ad judicia*", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos da Desapropriação Parcial, dispensando a Securitizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.
São Paulo, 19 de julho de 2024
Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

Crime sem castigo

Balão cai, pega fogo e causa transtornos na Zona Leste

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Um balão caiu na madrugada desta segunda-feira no bairro do Aricanduva, na zona leste de São Paulo, pegou fogo e atingiu imóveis e uma creche. Com uma cangalha (estrutura presa no balão feita para carregar fogos), passou pelo bairro de Itaquera, onde arrastou e tombou um carro e ergueu uma motocicleta, fazendo-a ficar presa na fiação elétrica em um poste.

Sete bairros da região ficaram sem luz: Itaquera, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí, Vila Carmosina, Vila Progresso e Vila Ré. O Corpo de Bombeiros foi acionado por volta das 3h para apagar um princípio de incêndio numa residência. Ninguém ficou ferido.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP), soltar balões é crime previsto na Lei 9.605, com pena de 1 a 3 anos de prisão, ou multa de, no mínimo, R$ 10 mil, devido ao risco que oferecem, já que são feitos com material inflamável, podendo causar incêndios quando caem.

Segundo o delegado João Blasi, da Divisão de Investigações sobre Infrações contra o Meio Ambiente, a Polícia Civil já realizou diversas operações contra a soltura de balões. Normalmente a prática aumenta nos meses como junho e julho, por causa das festas de São João.

"Quem solta não tem ideia das consequências que isso pode gerar", ressalta, ao lembrar dos riscos que ainda causa à aviação. "Imagina o piloto estar decolando e, do nada, se deparar com um artefato desses. Vira um momento de tensão", disse.

A Polícia Militar Ambiental também tem trabalhado no combate a esse tipo de crime. Só na sexta-feira passada, 12 fábricas clandestinas de balões foram fechadas pelas equipes durante a Operação Guardião das Florestas.

Segundo a SSP, desde janeiro de 2024, os Bombeiros atenderam 15 ocorrências de incêndio causadas por quedas de balões. Desde junho até o momento, foram 8 casos. Já a Polícia Militar Ambiental apreendeu 35 balões até o momento.

Prefeitura

MP apura exigência de CPF e título de eleitor em troca de cesta básica

HEITOR MAZZOCO/AE

Em ação apresentada pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) por campanha antecipada do pré-candidato a vereador de São Paulo pastor Diego Reis (Republicanos), há citação de uma suposta exigência da organização não governamental (ONG) que leva o nome do político para apresentação de documento com foto, CPF e título de eleitor dos possíveis beneficiários. A Promotoria pediu também abertura de investigação para apurar abuso de poder político, que pode deixar os envolvidos inelegíveis por oito anos.

O *Estadão* entrou em contato com número fornecido pelas redes sociais do pastor. Uma pessoa, que não quis dizer o nome, afirmou que o pastor aguarda notificação da Justiça e que ele não distribuiu cestas básicas, mas, sim, a ONG. A distribuição ocorre há quatro anos. A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, informou que foi aberto em 28 de junho um processo administrativo para apuração dos fatos.

De acordo com documento protocolado na Justiça Eleitoral pelo promotor Nelson dos Santos Pereira Júnior, da 2ª Zona Eleitoral da capital paulista, "há notícia, inclusive, que seria necessária a apresentação de CPF e título de eleitor para a retirada da cesta básica".

Uma página na rede social Facebook publicou ser necessário apresentação dos documentos e aguardar até o final de um culto evangélico para receber as doações em nome do Instituto Diego Reis. O texto, posteriormente foi editado. No entanto, há mais de 200 comentários na postagem. Uma das internautas reclamou da exigência. "Brasileiros passando fome (e) para ganhar uma cesta básica tem que levar título de eleitor e o CPF. Quando a gente quer dar comida ao outro, não precisa de CPF e nem título de eleitor, simplesmente doa a cesta básica", disse.

As entregas ocorreram, segundo o MP, no fim de junho. "No dia 20 de junho de 2024, na região do Jardim Iporanga, na Avenida Rodrigues Vilares, nº 270, na zona sul da cidade, o representado (pastor Diego Reis) promoveu propaganda eleitoral antecipada, por meio proscrito, pois, em nome do referido instituto e em seu próprio benefício, já que o instituto leva seu nome também e não sua razão social, promoveu a distribuição de cestas básicas pertencentes à Prefeitura de São Paulo, o que é vedado por lei", afirmou o promotor Pereira Junior.

Na sexta-feira, o juiz eleitoral Rodrigo Marzola Colombini, juiz da 2º Zona Eleitoral de São Paulo, deu prazo de 48 horas para o pastor se manifestar.

Paraná Pesquisas

Eleições em Santos: Rosana Valle tem 40,6% e Rogério Santos, 26,5%

GUILHERME NALDIS/AE

A deputada federal Rosana Valle (PL-SP) lidera a corrida eleitoral pela prefeitura de Santos, com 40,6% das intenções de votos, segundo levantamento feito pelo instituto Paraná Pesquisas divulgado ontem. Em seguida, aparecem o atual prefeito, Rogério Santos (Republicanos), com 26,5%, e a ex-prefeita Telma de Souza (PT), com 15,8%.

A vereadora Débora Camilo (PSOL) tem 3,5% e o influenciador digital Nando Pinheiro (Avante), 1%. No principal cenário estimulado do levantamento, quando os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados, 7,5% disseram que votariam em branco ou nulo, enquanto 5,2% não souberam ou não responderam.

A pesquisa foi realizada entre 18 e 20 de julho e ouviu 710 eleitores de Santos. A margem de erro é de 3,8 pontos porcentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-00440/2024.

O instituto também pesquisou um cenário para o caso de o atual prefeito desistir da reeleição. Nessa situação, com o seu antecessor, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), no páreo, o jogo muda. O tucano aparece com 36,9% das intenções de voto, enquanto Rosana tem 36,6%. Os dois estão empatados dentro da margem de erro.

Nesse segundo cenário estimulado, Telma de Souza tem 11,4% das intenções de voto; Débora Camilo, 2,7%; e Nando Pinheiro, 1,3%. Outros 4,4% não souberam ou não responderam, e 6,8% declararam que vão votar em branco ou nulo ou não vão votar em nenhum candidato.

Barbosa e Santos não concorreriam entre si porque são aliados. O tucano foi prefeito da cidade mais populosa do litoral paulista por dois mandatos, entre 2013 e 2020, e emplacou Rogério Santos como seu sucessor.

Multa

Juiz condena vereador por campanha antecipada

POR HEITOR MAZZOCO/AE

O juiz Rodrigo Marzola Colombini, da 2ª Zona Eleitoral de São Paulo, condenou o vereador paulistano Isac Felix (PL) ao pagamento de multa no valor de R$ 5 mil por campanha antecipada depois de uma mulher se apresentar como funcionária do parlamentar e pedir voto para ele. Procurada, a defesa disse que apresentará recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Em um vídeo, uma mulher se apresenta a um grupo de moradores do Jardim Avenida, na zona sul de São Paulo, e, segundo o Ministério Público Eleitoral (MPE), pede voto explícito para o parlamentar nas eleições que se aproximam.

"Graças a Deus, hoje eu trabalho com o Isac, e perante a essa obra, a gente vai estar pedindo pra ele ajudar a gente da comunidade, entendeu? Eu espero que vocês acreditem, eu espero que realmente vocês venham comigo e venham com ele pra poder votar, pra gente fortalecer a nossa periferia e a nossa comunidade, porque a gente tem muitos que trabalham aqui (sic)", disse a mulher identificada no processo como Sol. O encontro ocorreu no dia 22 de março deste ano.

Para o juiz Colombini, as imagens mostram "pedido explícito de votos em benefício do representado". "Ela expressamente refere que 'trabalha com o Isac' e pede que os munícipes 'venham com ela e com ele para poder votar'. O representado está ali ao lado da interlocutora e, mesmo sem nada falar, expressamente anui ao pedido de voto feito em seu benefício por Sol. Tais circunstâncias demonstram o prévio conhecimento e a anuência/adesão do candidato beneficiado", afirmou o magistrado na sentença proferida nesta segunda-feira, 22.

Advogados do vereador afirmaram nos autos não ser possível responsabilizar o parlamentar por "atos de terceiros". "A munícipe que estava no local é provavelmente pessoa simples, não detendo conhecimento das normatizações eleitorais, que poderia causar sua manifestação, o que almejava era apenas solucionar a situação da necessidade local", citaram os defensores, que agora apresentarão recurso junto ao TRE-SP.

Feira

Deputado é agredido ao fiscalizar venda de filhotes

JEAN ARAÚJO/AE

O deputado estadual Rafael Saraiva (União-SP) disse ter sido agredido verbal e fisicamente ao fiscalizar a venda de cachorros de raça no domingo passado. O fato ocorreu em uma feira animal na zona oeste de São Paulo. O parlamentar afirmou que foi ao local para averiguar o cumprimento da lei que estabelece as diretrizes para a comercialização de cães e gatos no Estado.

O estatuto, sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) neste mês, determina que esses animais não podem ser vendidos nas ruas.

ELEIÇÕES

Lula: relações civilizadas com EUA independem do vencedor

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que a decisão do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de desistir da candidatura à reeleição foi pessoal porque somente ele sabia das suas reais condições, mas garantiu que as relações entre Brasil e Estados Unidos continuarão a ser "civilizadas", independentemente do vencedor da disputa presidencial.

"À medida que o presidente Biden resolveu tomar posição, o meu papel é torcer para que eles (democratas) escolham um candidato ou uma candidata que dispute as eleições, e que vença aquele que for o melhor, aquele (em) que o povo americano for votar", disse Lula em entrevista a agências internacionais de notícias no Palácio da Alvorada.

"Porque o meu papel não é escolher presidente dos Estados Unidos, o meu papel é conviver com quem é o presidente dos Estados Unidos. Então seja um candidato democrata, seja o Biden, seja o Trump, a nossa relação vai ser uma relação civilizada de dois países importantes que têm uma relação diplomática de séculos e que a gente quer manter. E que temos parcerias estratégicas importantes com os Estados Unidos, nós queremos manter", afirmou.

Biden anunciou, na tarde de domingo passado, que estava desistindo de concorrer à reeleição, em meio a fortes questionamentos sobre suas condições de vencer a disputa contra o republicano Donald Trump e cumprir um eventual segundo mandato.

Antes do anúncio de Biden, Lula havia defendido, em pelo menos duas oportunidades, a reeleição do democrata como o melhor para a democracia, e chegou a chamar Trump de mentiroso. Agora, disse esperar que as eleições norte-americanas sejam civilizadas.

"Espero que a disputa se dê da forma mais civilizada possível. Espero que não tenha baixo nível. Espero que não tenha nada que possa colocar o símbolo da democracia em risco", afirmou.

TONY BLAIR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu ontem com o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair. De acordo com a Presidência da República, a conversa, que ocorreu no Palácio do Planalto, teve duração de 45 minutos.

No encontro, os dois conversaram sobre a proposta de reunir líderes de governos democráticos contra extremismo, em evento paralelo à Assembleia Geral das Nações Unidas, a ser realizada em setembro.

Outro tema foi o G20 e ações defendidas pelo Brasil contra fome e taxação de super-ricos.

Conforme a Presidência da República, o presidente Lula citou números da economia brasileira, como geração de mais de 2,5 milhões de postos de trabalho formais em 17 meses, crescimento de 11,7% da renda e previsão de R$ 120 bilhões de investimentos da indústria automobilística no país nos próximos anos.

Os líderes abordaram ainda o retorno do Partido Trabalhista ao poder no Reino Unido com a vitória de Keir Starmer para primeiro-ministro nas eleições realizadas neste mês, encerrando 14 anos de governos dos conservadores.

MINISTRO

Silveira diz não ter nada a esconder, após governo negar informações

GUILHERME NALDIS/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou não ter atividade ou interesse que possa atrapalhar a pasta comandada por ele. O governo declarou sigilo de 100 anos na Declaração de Conflito de Interesses (DCI) de Silveira. Em documento à Comissão de Ética da Presidência da República (CEP) ontem, o ministro afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não teve qualquer influência na imposição do segredo sobre o documento.

Silveira afirmou que não há o que esconder e que, se a imprensa houvesse requisitado a declaração a ele, disponibilizaria o documento. Também disse estar indignado por não ter sido consultado via ministério sobre o assunto. "Não tenho qualquer tipo de conflito de interesse. O sigilo foi imposto por força da Lei de Acesso à Informação e vale para todos os ministros", afirmou, ao jornal *Folha de S. Paulo*. O ministério confirmou as declarações ao *Estadão*.

Toda pessoa, política ou técnica, que assuma a chefia de uma pasta é obrigada a informar, com a DCI, se possui algum familiar, mesmo que distante, cujas atividades possam provocar conflitos de interesse com o trabalho do ministro.

A declaração também detalha a ocupação, a renda e os patrimônios do ministro até um ano antes da posse. É um relatório de tudo que o novo chefe da pasta tem ou fez e que possa interferir em seu trabalho no governo. No documento, por exemplo, estão discriminados "bens e atividades econômicas" que não foram destrinchados pela declaração do Imposto de Renda do novo ministro - enquanto pessoa física.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) alegou, em resposta a um pedido da Lei de Acesso à Informação (LAI) feito pelo portal UOL, que os dados pessoais contidos na DCI são de acesso restrito. A justificativa é que "se referem a aspectos da vida privada e intimidade do titular e, portanto, não publicizáveis, independentemente de classificação das informações e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da sua data de produção", segundo a negativa apresentada em 5 de julho.

HIV

Uma pessoa morre por minuto no mundo por causas relacionadas à aids

Das 39,9 milhões de pessoas vivendo com HIV em todo o mundo, quase um quarto (9,3 milhões), não estão recebendo o tratamento adequado. Como consequência, uma pessoa morre por minuto por causas relacionadas à aids.

Os dados estão em um relatório divulgado ontem pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids), antes da abertura oficial da 25ª Conferência Internacional sobre Aids, em Munique, na Alemanha.

Segundo o relatório, as lideranças mundiais se comprometeram a reduzir as novas infecções anuais para menos de 370 mil até 2025, mas em 2023 houve 1,3 milhão de novas infecções, número mais de três vezes superior ao estabelecido. "E agora, com cortes nos recursos e um aumento na oposição aos direitos humanos, colocam em risco o progresso já alcançado", diz o estudo.

Segundo a diretora executiva do Unaids, Winnie Byanyima, é possível cumprir a meta de acabar com a pandemia de aids como uma ameaça à saúde pública até 2030, mas é preciso garantir que a resposta ao HIV tenha os recursos necessários e que os direitos humanos de todas as pessoas sejam protegidos. "A atuação decidida das lideranças pode salvar milhões de vidas, prevenir milhões de novas infecções por HIV e garantir que todas as pessoas vivendo com HIV possam ter vidas saudáveis e completas", ressalta.

REDUÇÃO

A expansão do acesso ao tratamento do HIV reduziu pela metade as mortes relacionadas à aids, passando de 1,3 milhão em 2010 para 630 mil em 2023. "No entanto, o mundo está fora do caminho para atingir a meta de 2025 de reduzir as mortes relacionadas à aids para menos de 250 mil", informa a Unaids.

O relatório do Unaids mostra que o número de novas infecções por HIV caiu 39% globalmente desde 2010 e 59% na África Oriental e Austral. No entanto, o número de novas infecções está aumentando no Oriente Médio e Norte da África, na Europa Oriental e Ásia Central, e na América Latina.

O relatório do Unaids também mostra que o percentual de pessoas com acesso a tratamento antirretroviral aumentou de 47% em 2010 para 75% em 2023.

CONFERÊNCIA

A 25ª Conferência Internacional sobre Aids acontece entre os dias 22 e 26 de julho e tem estimativa de receber 15 mil participantes. Organizada pela Sociedade Internacional de Aids (IAS), o evento reunirá pessoas que vivem, são afetadas ou trabalham com HIV e aids para compartilhar conhecimentos e informações sobre a resposta à epidemia nos últimos 40 anos.

Representantes do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde estarão no evento para apresentar resultados das experiências brasileiras na resposta ao HIV.

DOENÇA

MS investiga primeiras mortes suspeitas por febre oropouche

POR LAYLA SHASTA

O Ministério da Saúde investiga três mortes suspeitas de febre oropouche no Brasil, sendo uma em Santa Catarina e duas na Bahia. Caso confirmadas, essas serão as primeiras mortes pela doença documentadas no mundo. No Maranhão, um caso também estava sendo investigado, mas foi descartado. O País já registrou neste ano mais de 7 mil casos da doença.

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) afirma que registrou os dois óbitos como febre do oropouche, mas aguarda confirmação por parte do ministério. Os casos do Estado aconteceram nas cidades de Camamu e Valença, no sul baiano, e chamam a atenção pois as vítimas, de 21 e 24 anos, não possuíam comorbidades.

Um estudo ainda não revisado por outros especialistas (préprint) elaborado por 20 cientistas de diversos órgãos da Bahia, como a Secretaria da Saúde, o Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), analisou os óbitos registrados na região. O relatório destaca que a rápida disseminação do vírus da febre Oropouche, também chamado de OROV, "já representa um surto de grande preocupação para a população".

Em nota, o Ministério da Saúde declara que ainda não é possível confirmar mortes, pois é preciso fazer uma avaliação criteriosa dos aspectos clínicos epidemiológicos, considerando o histórico pregresso do paciente e a realização de exames laboratoriais específicos.

'ATRÁS DE HOMENS'

Desembargador que ofendeu mulheres ganha em média R$ 90 mil

PEPITA ORTEGA/AE

Afastado do Tribunal de Justiça do Paraná após afirmar que as mulheres "estão loucas atrás dos homens", o desembargador Luiz Cesar de Paula Espíndola teve holerite mensal médio de R$ 120 mil brutos, ou R$ 90 mil líquidos em 2024. Nos primeiros seis meses do ano, ele acumulou R$ 542 mil líquidos - desse montante, penduricalhos e pagamentos retroativos bateram R$ 392,2 mil.

O afastamento de Espíndola foi determinado há dez dias pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, em razão de "manifestações de conteúdo potencialmente preconceituoso e misógino em relação à vítima menor de idade" - o desembargador disse que "as mulheres estão loucas atrás dos homens" durante julgamento de um caso em que uma menina de 12 anos teria sido vítima de assédio de um professor.

Em nota, Espíndola disse que "não teve a intenção de menosprezar o comportamento feminino". "Lamento profundamente o ocorrido e me solidarizo com todas e todos que se sentiram ofendidos com a divulgação parcial do vídeo da sessão", afirmou, em texto divulgado pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Enquanto estiver afastado de suas funções na Corte paranaense, o desembargador seguirá recebendo seus proventos. O subsídio - expressão usada desde 2006 para tratar dos salários dos magistrados - de Espíndola é de R$ 39,7 mi, fora direitos pessoais e eventuais e indenizações que engordam seu contracheque.

Esse plus - eventuais e pessoais - é concedido aos juízes com amparo na Lei Orgânica da Magistratura, em Regimentos Internos dos Tribunais e em legislações específicas.

Na primeira metade de 2024, por exemplo, Espíndola recebeu R$ 241,8 mil em "pagamentos retroativos". O montante supera o valor que era devido a Espíndola pelos subsídios referentes aos seis primeiros meses do ano - R$ 236,1 mil.

O contracheque do magistrado não detalha quais verbas foram pagas em caráter retroativo. A reportagem entrou em contato com o Tribunal de Justiça do Paraná e aguarda retorno.

O contracheque do juiz também foi abastecido por licenças compensatórias (R$ 85,8 mil) e "indenização de remuneração" (R$ 27,3 mil).

Além disso, o pagamento de verbas retroativas levou o magistrado a receber o abono permanência, reembolso pago ao servidor que escolhe trabalhar mesmo depois de ter adquirido condições para se aposentar. Sob essa rubrica, o magistrado incorporou mensalmente R$ 6 mil.

Mesmo com o valor bruto do contracheque de Espíndola batendo mais de R$ 120 mil em cinco dos seis primeiros meses de 2024, o maior desconto lançado nos holerites pelo abate-teto foi de R$ 7,6 mil.

O abate-teto é a retenção de valores que superam o teto do funcionalismo público, ou seja, o subsídio de ministro do STF, R$ 44 mil.

Na matemática salarial da toga, também nas contas do Ministério Público e de outras corporações públicas, penduricalhos não entram no abate-teto, sob o argumento de direito adquirido. Muitos agregados que encorpam esses contracheques também não sofrem incidência de imposto.

INVESTIGAÇÃO NO CNJ

O afastamento do desembargador Luiz César de Paula Espíndola, determinado monocraticamente pelo ministro Luís Felipe Salomão, deve ser submetido ao crivo do Plenário do Conselho Nacional de Justiça assim que o recesso do Judiciário terminar.

A medida foi decretada na iminência do julgamento, pelo Plenário do CNJ, de um procedimento em que o desembargador foi enquadrado na Lei Maria da Penha. Ele foi sentenciado em março de 2023 pelo Superior Tribunal de Justiça sob acusação de ter agredido uma irmã dele e a própria mãe, de 81 anos, em 2013.

Neste processo de violência doméstica, Espíndola foi condenado à detenção de quatro meses e 20 dias, em regime aberto. Na ocasião, o colegiado decidiu suspender a execução da pena do desembargador por dois anos.

A reclamação disciplinar no âmbito do CNJ sobre a declaração "as mulheres estão loucas atrás dos homens" consiste na sétima apuração envolvendo o magistrado. Desta vez, a investigação se refere à sua conduta durante o julgamento da 12ª Câmara Cível da Corte do Paraná.

A sessão versava sobre o assédio a uma menina de 12 anos. Um professor havia pedido seu telefone e "mandava mensagens no horário da aula, elogiando-a, e pedindo que ela não contasse a ninguém". O assédio fez com que a criança não quisesse mais ir à aula. Ela ia para a escola, mas ficava no banheiro.

A 12.ª Câmara do TJ do Paraná iria decidir se mantinha as medidas protetivas concedidas à menina e se iria manter o afastamento do professor do convívio da menina. A Câmara manteve as protetivas, com o voto divergente de Espíndola.

Depois do julgamento, mas ainda na sessão, o desembargador apontou "discurso feminista desatualizado" e disse: "Se Vossa Excelência sair na rua hoje em dia, quem está assediando, correndo atrás de homens, são as mulheres. Porque não tem homem. É um mercado que está bem diferente. Hoje em dia as mulheres estão loucas atrás de homens, porque são muito poucos. É só sair à noite, eu não saio muito à noite, mas conheço funcionárias. A mulherada está louca atrás do homem. Louca para levar um elogio, uma piscada, uma cantada educada, porque elas é que estão cantando, assediando."

Nota

BEBÊ RECÉM-NASCIDO É ENCONTRADO NO BANHEIRO DE UPA EM SÃO BERNARDO

Um bebê recém-nascido foi encontrado no banheiro de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em São Bernardo do Campo, na região do ABC, na tarde deste domingo passado. O caso é investigado pela Polícia Civil, que tenta localizar a mãe, e é acompanhado pelo Conselho Tutelar. A criança foi encaminhada ao Hospital da Mulher, onde permanece sob cuidados médicos. Segundo a Prefeitura de São Bernardo do Campo, o quadro de saúde é estável e não houve intercorrências desde a internação. "No momento, passa por exames e medicações e não há previsão de alta", diz trecho de nota. A administração municipal também afirma que a idade do bebê é de aproximadamente 9 meses, conforme calculado após exame físico.

INVERNO: Céu ensolarado, com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 30º 15º 5% 06:30 17:29

TRE

Eleitorado do RJ será 4,6% maior nas eleições deste ano

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O estado do Rio de Janeiro teve um crescimento no número de pessoas aptas a votar e na próxima eleição municipal serão 13.033.929 eleitores. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o total equivale a um aumento de 4,64%no eleitorado fluminense, se comparado ao último pleito municipal, em 2020.

Nas eleições deste ano, os eleitores vão votar para escolher prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos 5.568 municípios do país.

Conforme o TRE-RJ, a partir desse crescimento do eleitorado, 11 cidades do estado poderão ter segundo turno, uma a mais do que ocorreu na última eleição municipal. O município de Magé, na Baixada Fluminense, entrou na lista ao chegar a 201.611 pessoas aptas a votar no próximo dia 6 de outubro e no segundo turno marcado para 27 de outubro.

Para ter segundo turno, a cidade deve ter mais de 200 mil eleitores. Além da estreante Magé, no estado do Rio, o segundo turno será realizado na capital Rio de Janeiro, em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, São Gonçalo, Niterói, Campos do Goytacazes, Petrópolis e Volta Redonda.

As mulheres são a maior parte do eleitorado do estado do Rio. O Cadastro Eleitoral indicou que são 7.001.670 eleitoras, que correspondem a 54% do total. Os homens são 6.022.774. Eleitoras e eleitores com nome social somam 5.228.

Na faixa etária de 16 e 17 anos no estado do Rio o número de eleitores avançou de 35.321, em 2020, para 58.783, em 2024, o que equivale a um aumento de 66,4%. O mesmo movimento ocorreu na faixa com idade acima de 70 anos: o número passou de 1.524.361, em 2020, para 1.752.759, em 2024, um aumento de 14,9%. O voto é facultativo para os jovens com menos de 18 anos e os idosos que já completaram 70 anos.

No total do eleitorado do estado do Rio de Janeiro, 99.500 pessoas declararam ter algum tipo de deficiência. Em 2020, o número de pessoas com deficiência era 76.180.

No país, o total de eleitores atingiu 155.912.680. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o maior colégio eleitoral do Brasil é o estado de São Paulo, com 34.403.609 (22.06 %) eleitores, seguido por Minas Gerais, com 16.469.155 (10,56%) e Rio de Janeiro (8,35%).

ELEIÇÕES NOS EUA

Kamala já tem apoio de mais da metade dos delegados

Pesquisa da Associated Press descobriu que a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris Harris, tem o apoio de mais da metade dos delegados de que precisará para ocupar o lugar do presidente americano, Joe Biden, no topo da chapa democrata.

Mais de 1.000 delegados disseram à AP ou anunciaram que planejam apoiar Harris durante a Convenção Democrata como candidata à presidência, após Biden desistir da reeleição.

As regras do Comitê Nacional Democrata estabeleceram recentemente 1.976 delegados comprometidos como referência para ganhar a indicação. Os delegados comprometidos são aqueles que são obrigados a votar de acordo com a preferência do eleitorado de seus Estados.

Dos cerca de 1.070 delegados que falaram com a AP ou anunciaram os seus planos, menos de 60 se recusaram responder ou disseram estar indecisos. E Harris é a única democrata a receber apoio de delegados até agora.

Pat Chesbro, delegada do Alasca e ex-candidata ao Senado dos EUA, disse que não conseguia pensar em opção melhor do que Harris no topo da chapa democrata. "As pessoas estão fazendo o possível para encontrar o melhor candidato nesta situação, o que é bastante incomum", disse ela. "Estou ansiosa pela convenção e por ver qual será a próxima fase", disse Chesbro.

DOAÇÕES

As doações em apoio a candidatura de Kamala Harris para concorrer à presidência dos EUA superaram a marca de US$ 95 milhões no total acumulado desde a desistência do presidente Joe Biden no domingo passado, conforme ferramenta de monitoramento ObservableHQ.

Somente as doações obtidas nas 24 horas de domingo somam US$ 67,2 milhões, um dos maiores valores já registrados na ferramenta de monitoramento, atrás apenas do dia 30 de setembro de 2020 - quando se aproximava a disputa entre Joe Biden e Donald Trump. Até o momento, a ferramenta ObservableHQ exibe US$ 28,8 milhões em doações apenas nesta segunda-feira, após a vice-presidente consolidar apoio de delegados e autoridades democratas para se tornar a candidata democrata.

A ObservableHQ rastreia dados fornecidos pelo site oficial da campanha de arrecadação democrata, o ActBlue, e atualiza seus cálculos de estimativas a cada 15 minutos.

PRIMEIRO E-MAIL

A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, disparou ontem, o primeiro e-mail de arrecadação de fundos de campanha com uma alusão ao tema de campanha que ela adotou desde sua candidatura para procuradora-geral da Califórnia, 14 anos atrás.

"Durante toda a minha vida, tive apenas um cliente: o povo", começa o e-mail, referindo-se ao seu tema da sua breve campanha presidencial de 2020, "Kamala: Para o povo".

É uma referência ao papel do promotor e à introdução habitual em processos criminais.

"Isso era verdade quando eu era promotora na Califórnia, quando servi no Senado e durante todo o meu tempo como vice-presidente", afirma o e-mail de Harris.

"E é verdade quando faço este anúncio ao mundo. Meu nome é Kamala Harris e estou concorrendo à presidência dos Estados Unidos.".

PRESIDÊNCIA

Vieira: Brasil no comando do G20 destaca papel das políticas públicas

JULIANA GARÇON/AE

O ministro das Relações Exteriores e coordenador do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G20, Mauro Vieira, afirmou que a presidência brasileira no G20 tem colocado ênfase no papel das políticas públicas como principal motor para promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Como exemplo, o chanceler citou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que, frisou, vai integrar um conjunto de políticas públicas domésticas que provaram ser bem-sucedidas em países em desenvolvimento. "A Aliança buscará incorporar políticas de transferências de renda, programas de alimentação escolar, apoio à agricultura familiar, sistemas de cadastro único para pessoas e famílias de baixa renda e mecanismos de seguridade social."

Vieira disse ainda que é essencial superar a percepção do Estado como "mero prestador eficiente de serviços" e recuperar a sua função de "articulador das diversas forças e setores da sociedade".

"Além de ampliarmos a nossa capacidade de cooperação interestatal, é preciso também repensar o papel do Estado, que deve estar capacitado para fazer frente a esses desafios e crises, bem como para tratar novos e emergentes temas", disse.

FINANCIAMENTO

Mauro Vieira, disse que a presidência do Brasil no grupo está empenhada em aperfeiçoar a coordenação de fontes de financiamento internacional com as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento.

Na abertura do evento State of the Futures, paralelo à reunião do encontro ministerial do Desenvolvimento do G20, realizado no Rio de Janeiro, o chanceler disse que os países enfrentam, atualmente, diversas crises que se agravam mutuamente. "Suas soluções requerem mais cooperação internacional", afirmou.

Entre os desafios mais urgentes, citou a fome, a pobreza, a pobreza e a desigualdade; os conflitos armados, com consequências humanitárias; os retrocessos nos padrões de vida em muitas regiões do mundo; a inflação alta nos países ricos e seu impacto para as taxas de juros e para o investimento em economias em desenvolvimento; a crise da dívida pública nos países pobres; a alta volatilidade nos preços de alimentos e energia; e a crise climática.

De acordo com o ministro, para o Brasil, é preciso trazer de volta ao centro da agenda internacional a temática do desenvolvimento. "Além de ampliarmos a nossa capacidade de cooperação interestatal, é preciso também repensar o papel do Estado, que deve estar capacitado para fazer frente a esses desafios e crises, bem como para tratar novos e emergentes temas "

BAIXADA

Polícia resgata 42 homens de centro para dependentes químicos

ALANA GANDRA/ABRASIL

Cerca de 40 homens foram resgatados por policiais da Operação Segurança Presente, em Nova Iguaçu (RJ), de um centro de reabilitação clandestino chamado Projeto Decav, que funcionava em um sítio na rua Mato Grosso, nº 4930, em Campo Alegre. O major Fagner Souza, coordenador da operação, disse, ontem, à *Agência Brasil* que o local foi descoberto após policiais que faziam o patrulhamento no centro de Nova Iguaçu terem sido abordados por dois homens que haviam fugido do centro clandestino. Eles procuravam refúgio e relataram maus-tratos.

"A equipe foi ao local e comprovou a veracidade dos fatos", afirmou o militar. "Os policiais foram recebidos pelo responsável pelo centro, que se intitulava pastor Omar Bernardo da Costa, e constataram o cenário insalubre no local. Confirmou-se a denúncia de maus-tratos. A situação era deplorável", disse.

A inspeção constatou, ainda, que o local era insalubre e não havia profissionais capacitados para realizar o atendimento clínico a dependentes químicos. Todos os homens ali encontrados são dependentes químicos.

Além da pouca alimentação e de má qualidade, os internos eram proibidos de sair do local. Eles sofriam castigos corporais, como surras e, à noite, eram acordados de 40 em 40 minutos para orar, afirmou o coordenador da base.

POUCA ALIMENTAÇÃO

Os internos eram obrigados a trabalhar para o pastor Omar, sob a vigilância de três homens que agiam como vigias e eram encarregados de manter a ordem, evitar fugas e aplicar penas corporais. Os internos eram obrigados também a realizar trabalhos sem qualquer remuneração, em situação análoga à escravidão, confirmou o major.

Foi apurado que o Projeto Decav não tinha autorização para funcionamento como uma instituição de atendimento a dependentes químicos. O local foi periciado e interditado. O pastor e os três vigias foram levados à 52ª Delegacia Policial e detidos pelo crime de cárcere privado.

A Delegacia de Assistência Social da Prefeitura de Nova Iguaçu foi acionada. O caso agora está com o Ministério Público. Os internos foram levados a abrigos da prefeitura para tratamento digno e alguns retornaram para suas famílias, informou o major Fagner.

VENEZUELA

Lula diz ter se assustado com fala de Maduro sobre banho de sangue

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, que está assustado com as declarações do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que afirmou que uma vitória da oposição nas eleições venezuelanas do próximo domingo, resultaria em um banho de sangue.

"Fiquei assustado com a declaração do Maduro dizendo que se ele perder as eleições vai ter um banho de sangue. Quem perde as eleições toma um banho de voto, não de sangue", disse o presidente sobre o seu aliado durante coletiva de imprensa com agências internacionais em Brasília.

Essa é a segunda declaração recente do presidente em um tom relativamente crítico à ditadura venezuelana nos últimos meses, depois de ter bancado a reabilitação política de Maduro na América do Sul no ano passado. Em março, o governo criticou Maduro por não permitir a inscrição da opositora Corina Yoris para disputar a eleição.

Lula afirmou que vai enviar o seu assessor-chefe para assuntos internacionais, Celso Amorim, para Caracas como observador do processo eleitoral da Venezuela. Outros enviados brasileiros também estarão presentes na Venezuela. "Maduro sabe que a única chance que a Venezuela tem de retornar a normalidade é ter um processo eleitoral que seja respeitado por todos. Ele precisa respeitar este processo", ponderou o presidente brasileiro.

Maduro governa a Venezuela desde 2013, assumindo o poder após a morte do antecessor e mentor Hugo Chávez. O ditador de 61 anos venceu eleições que os seus adversários consideraram não livres e justas. A sua reeleição em 2018 foi amplamente considerada uma farsa, uma vez que os principais partidos e candidatos da oposição foram proibidos de participar.

Seu principal adversário será Edmundo González, ex-diplomata escolhido pela coalizão de oposição para substituir María Corina Machado, a líder da oposição, que concordou em participar da disputa após uma negociação que contou com o apoio do Brasil, dos Estados Unidos e da União Europeia.

Sobre a rusga com o presidente da Argentina, Javier Milei, Lula se disse aberto a conversar com o libertário, desde que se desculpe sobre as ofensas ao petista durante a campanha. Milei tem criticado Lula desde que foi empossado como presidente e os dois mandatários ainda não se encontraram.

Nota

PL OFICIALIZA RAMAGEM COMO CANDIDATO À PREFEITURA DO RIO

O deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), foi oficializado ontem, como o nome do PL que vai disputar a prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições municipais deste ano. Ramagem foi mantido como pré-candidato do partido, com o aval do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), após vir à tona a gravação de uma reunião em que o ex-chefe do Executivo discute um plano para anular o inquérito das "rachadinhas" - investigação que fechou o cerco a Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O diretório do PL no Rio de Janeiro confirmou Ramagem após a candidatura do deputado ser colocada em xeque depois de o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirar o sigilo do áudio da reunião entre o ex-presidente, o general Augusto Heleno (então chefe do Gabinete de Segurança Institucional) e o ex-chefe Abin e revelar o suposto esquema.

FALHA DA CROWDSTRIKE

Nos EUA, Delta Airlines cancela voos pelo quarto dia consecutivo

A Delta Airlines ainda tenta superar as interrupções provocadas pelo erro na atualização do software da CrowdStrike. Ontem, a empresa cancelou 11% dos voos previstos e adiou outros pelo quarto dia consecutivo. No total, cerca de 4 mil voos foram cancelados pela Delta Airlines desde a última sexta-feira.

De acordo com a FlightAware, 11%, ou 421, dos voos da Delta foram cancelados e outros 67 estão atrasados nesta segunda-feira Isso se soma aos 3.768 voos que foram cancelados nos três dias anteriores. As rivais da Delta não estão enfrentando as mesmas dificuldades - de acordo com a FlightAware, 30 voos da American Airlines foram cancelados nesta segunda e outros 54 estão atrasados; e apenas seis voos da United foram cancelados e 28 estão atrasados.

Uma declaração do CEO da Delta, Ed Bastion, observou que a interrupção tecnológica ocorreu no fim de semana de viagens mais movimentado do verão. "A Delta tem um número significativo de aplicativos que usam Microsoft Windows e, em particular, uma de nossas ferramentas relacionadas ao rastreamento da tripulação foi afetada e agora é incapaz de processar efetivamente o número de alterações desencadeadas pelo desligamento do sistema", disse ele.

Diante das notícias sobre os cancelamentos, os papéis da Delta Airlines caíam 0,76% no pré-mercado em Nova York, por volta das 8h40 (de Brasília). As rivais American Airlines (-1,32%) e United Airlines (-0,69%) também operavam no vermelho.